

Contextos da emigração numa comunidade do concelho de Braga: Esporões, 1869-1935 (Comunicação apresentada no XIII Congresso Internacional – AHILA, Universidade dos Açores, 3 a 8 de Setembro de 2002)

Maria Hermínia Vieira Barbosa*

Resumo:

Pelo cruzamento nominativo dos registos e processos de passaporte de Esporões (1869-1935) com a base de dados da reconstituição desta paróquia (1580-1993), procedeu-se à análise empírica das características da emigração nesta parcela do Minho, no entrelaçado das situações detectadas, particularmente, ao longo da vida dos indivíduos e das suas famílias (dos indicadores demográficos, sócio-económicos e culturais, às redes genealógicas e de vizinhança), numa perceptível matriz de sobrevivência. Inserimos a pequena amostra de Esporões nos dados agregados da emigração à escala imediata mais abrangente, o concelho de Braga, para o período 1894-1935.

Tentámos encontrar relações entre níveis de celibato definitivo e primonupcialidade, mortalidade, mobilidade e reprodução que pudessem, na comunidade de Esporões, apresentar alguns indícios de um “*pattern*” que tem vindo a ser invocado para explicar o crescimento das populações do Noroeste da Ibéria.

A emigração é um fenómeno plurissecular que enraíza no “*modus vivendi*” de grande parte da população do Noroeste Português.

Neste trabalho, analisamos esta variável a uma escala extremamente reduzida, a da comunidade de Esporões, no coração do Baixo Minho. Esporões, é uma das 61 freguesias que integram o concelho de Braga e fica situada a cerca de 5 Km a sul do núcleo urbano. Enquadra-se numa viçosa microregião denominada “Veiga de Penso”, antigo celeiro de milho do distrito de Braga. Ocupa uma área de 3.78 Km², ou seja, 2.1% da área do concelho.

Situamo-nos na análise empírica da mobilidade externa desta paróquia (transatlântica e intra-europeia), do último terço do século XIX ao primeiro do século XX. Para contextualizar este processo, fazemos uma breve incursão pelo movimento emigratório concelhio, possível, de modo contínuo, entre 1894 e 1935.

Utilizamos a metodologia de “reconstituição de paróquias” de Norberta Amorim¹ que possibilita o cruzamento de fontes diversificadas e, no caso que ora nos interessa, dá-nos a identificação segura de 78% dos emigrantes nomeados nos registos de passaporte. Para as restantes freguesias do concelho fazemos a exploração isolada dos registos de passaporte, recorrendo ao método agregativo.

* Núcleo de Estudos População e Sociedade - Universidade do Minho.

¹ Maria Norberta Amorim, *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*, Braga: Universidade do Minho, 1991.

1. A emigração de Esporões de 1869 a 1935. Cruzamento com a base de dados da paróquia reconstituída.

As fontes específicas para o estudo da emigração legal² foram os processos de requisição de passaporte, entre 1890 e 1909³, e os registos de passaporte, entre 1869 e 1935⁴. Os primeiros constituem uma fonte segura para a identificação do candidato a emigrante. Os segundos, como registo secundário, são bastante lacónicos na identificação nominal do impetrante pelo que, dada a grande proporção de homónimos, deixam muitas dúvidas na identificação do indivíduo.

À partida, deparámos com uma grande mobilidade interna da população, que provocou uma mutação de efectivos dificilmente avaliável.

Para os candidatos à emigração, indicados nos processos e nos livros de registo de passaporte, cruzámos a respectivas informações com a base de dados da paróquia “reconstituída”.

1.1. Os números

As 107 saídas para o estrangeiro dos 85 indivíduos naturais e/ou residentes em Esporões, entre 1869 e 1935, foram legalizadas por 83 passaportes individuais, 9 passaportes colectivos e 1 passaporte “gratuito”.

Apesar dos números reduzidos da “amostra” (Gráfico 1), parece evidenciar-se uma tendência ascendente até à segunda década do século XX. Antes de 1900, esta movimentação foi relativamente modesta e maioritariamente oficializada pelo passaporte individual que cobriu 75% das primeiras partidas. Os passaportes colectivos contribuíram, nesse período, com os restantes 25%. Nas três primeiras décadas do século XX o ritmo acelerou-se e atingiu o maior volume no decénio intermédio para o que contribuiu, não só o maior número de passaportes individuais, mas também a concentração de passaportes colectivos, que levou adstritos mais alguns emigrantes.

Dentro dos períodos decenais, anos houve de maior convergência de emigrantes: em 1898, cinco; em 1910, seis; 1919, sete; em 1924, oito.

² Acerca da emigração clandestina (indocumentada e documentada) veja-se, entre outros, Maria Ioannis Baganha, “Uma imagem desfocada da emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre emigração”, in António Eiras Roel (coord.), *Emigración española y portuguesa a America*, Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil Albert, 1991, pp. 161-175; Joaquim Costa Leite, “Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914), *Análise Social*, 97 (1987), pp. 469-470.

³ No Arquivo Distrital de Braga consultámos 14 processos, sem “cartas de chamada”.

⁴ No Arquivo do Governo Civil de Braga (AGCB) retirámos informações de 22 Livros de Registo de Passaporte.

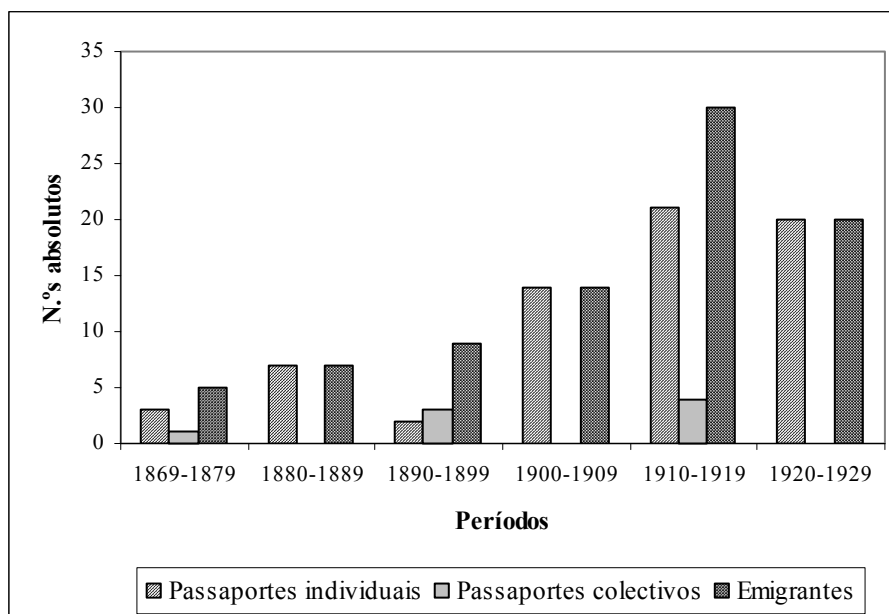


Gráfico 1 – Movimento emigratório dos naturais e/ou residentes em Esporões (1869-1929). Primeiras saídas.

Parece que as restrições impostas pela legislação portuguesa à emigração⁵, também aqui, surtiriam menos efeito, face às “miragens” das Américas e, depois, das Europas.

Numa primeira tentativa de contextualização da emigração a nível espacial⁶, verificámos que, entre 1894 e 1935, Esporões registou um número de passaportes abaixo dos níveis médio e mediano concelhios, respectivamente no patamar dos 273 (1.7%) e 93 (1.1%) passaportes, ou seja, coube-lhe a fatia de 0.91% do total, enquanto a norte da cidade de Braga se dava uma grande movimentação emigratória, com destaque para as freguesias de Dume, Palmeira e Adaúfe. Estas diferentes mobilidades estariam também relacionadas com as densidades populacionais de cada comunidade.

1.2. Os destinos da emigração

O Brasil constituiu, para 79% dos emigrantes de Esporões, a primeira, exclusiva e gradualmente aumentada escolha.

Porém, a partir dos anos de 1910, a corrente migratória começou a diversificar-se, embora mantivesse o Brasil como destino prioritário. No continente americano, novos

⁵ Cf. Miriam Halpern Pereira, *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*, Lisboa: A Regra do Jogo, 1981, Jorge Fernandes Alves, *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto: Edição do Autor, 1994, pp. 101-161, Maria Ioannis B. Baganha, *Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930*, New York & London: Garland Publishing Inc., 1990.

⁶ Cf. MAPA do Concelho de Braga.

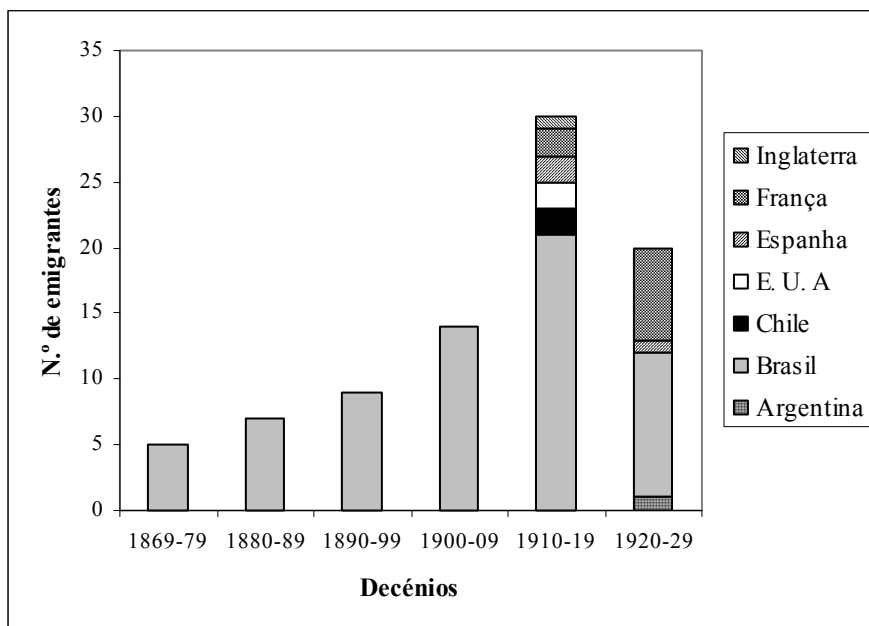


Gráfico 2. – Destinos dos emigrantes de Esporões. Primeiras saídas.

percursos, “exógenos” à tradição, atraíram alguns: Chile (2.3%), Argentina (1.2%) e E.U.A. (2.3%). Após a Primeira Guerra Mundial, novas oportunidades de trabalho se abriram na Europa e o movimento para o Brasil esmoreceu. Foi uma outra fase da emigração. Em 1917, emigrou-se para a Inglaterra (1.2%) e, entre 1919 e 1924, para França (10.6%). À Espanha chegaram documentados legalmente 3.5%.

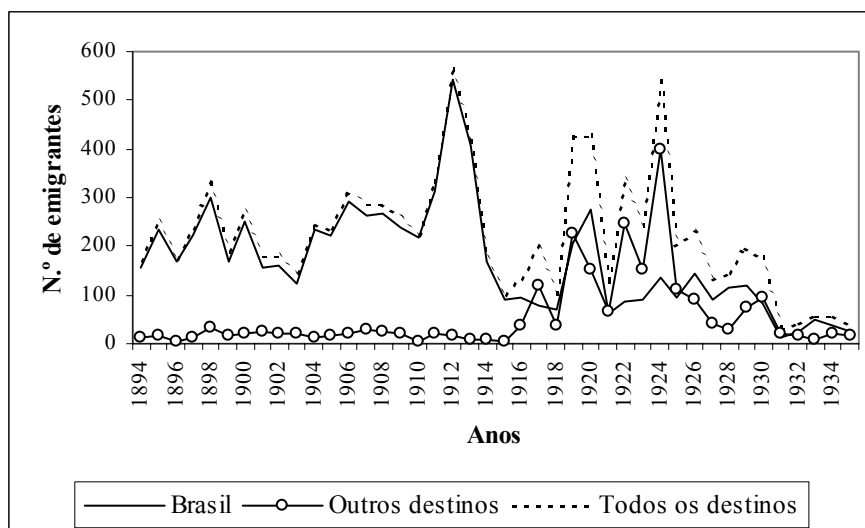


Gráfico 3. – Evolução dos destinos da emigração do concelho de Braga (1894-1935)

Se incidirmos agora a nossa observação no movimento concelhio, notamos que o Brasil assumiu função polarizadora até meados da 2.^a década do século XX, e que se tornou “hemorrágica” de 1911 a 1913, como o Gráfico 3 assinala. Em 1917, deu-se uma

reviravolta no destino tradicional da emigração dos bracarenses: passou a direccionar-se para a França e Inglaterra, inserida na reconstrução/recuperação destes países depois da 1.^a Grande Guerra⁷, atingindo o paroxismo em 1924.

Lentamente, os países europeus foram atraindo as preferências destes minhotos. Na América, ao Brasil, juntaram-se a Argentina, Panamá, Chile, Uruguai e América do Norte. Para a África, nomeadamente Angola, S. Tomé e Príncipe e Moçambique, seguiram alguns emigrantes, ainda atraídos pelas facilidades criadas pelo Governo.

Não nos vamos deter nas explicações conjunturais de repulsão e de atracção: foram apresentadas já por Joel Serrão⁸ e Vitorino Magalhães Godinho⁹. Reconhecemos que a febre de um enriquecimento brilhante como o de muitos “brasileiros” de antanho, devia ter cegado esta nova onda de emigrantes, maioritariamente trabalhadores braçais, que lutariam com falta de meios de subsistência: à emigração “clássica” sucedeu um “novo estrato de emigração agrícola”¹⁰. Depois, devido à política fechada levada a cabo pelo Brasil e pelos E.U.A. na sequência da crise de 1929-1933 e, posteriormente, devido à 2.^a Guerra Mundial, gerou-se uma retracção do movimento emigratório.

1. 3. A emigração diferencial

Caracterizámos o emigrante, começando pela distinção de género, idade e estado civil.

A confirmar o padrão tradicional na emigração portuguesa, verificou-se que as mulheres de Esporões emigraram em menor número do que os homens, ou seja, na proporção de 1 mulher para 9 homens.

Com destinos diversificados, 7 mulheres deslocaram-se em família e 2 isoladamente: para Espanha, uma casada, de 25 anos; para França, uma solteira, com 29 anos; para o Brasil, sete mulheres (seis acompanhantes do marido ou do pai), três

⁷ Em 1917, para todo o concelho de Braga, foram atribuídos 5 passaportes “gratuitos” a cinco titulares, “chefes dos grupos de operários “ com destino a França, naturais, respectivamente, de Esporões, S. Vitor, Dume, Palmeira e Cividade. Destes “operários” (324 no total) não há lista nominativa [AGCB, *Livro (extra) de 1907 a 1917*, fols. 17 a 21]. Enquadra-se este movimento na “emigração intra-europeia de trabalho”

Cf. Jorge Fernandes Alves, “Operários para França e Inglaterra (1914-1918) – Experiências da emigração portuguesa intra-europeia”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série, vol. V, Porto, 1988, pp. 317-333.

⁸ Serrão, *A Emigração Portuguesa*, Lisboa: Livros Horizonte, 1977; Idem, “Emigração”, in *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, vol. II, pp. 19-29.

⁹ Vitorino Magalhães Godinho, “L’émigration portugaise (XV^e-XX^e siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde”, *Revista de História Económica e Social*, 1, 1978, pp. 5-32.

¹⁰ Oliveira Martins, *Fomento Rural e Emigração*, 3.^a edição, Lisboa: Guimaraes Editores, 1994, pp. 167-217.

casadas e quatro solteiras, com idades médias de 28 e 12.3 anos, respectivamente. A maior frequência de mulheres estáveis, “viúvas” ou “orfãs” forçadas pela emigração dos familiares, parece justificada pela função atribuída à mulher minhota: guardiã incansável da unidade e prosperidade familiar¹¹.

Quanto aos 76 emigrantes do sexo masculino, 65 partiram com passaporte individual e 6, com passaporte colectivo, agregaram ainda 5 rapazes. Alguns passaportes individuais escondem, contudo, emigração familiar.

Dado que a emigração nesta paróquia foi maioritariamente masculina, relacionámos, para uma visão de conjunto, a idade média e o estado civil da 1.ª emigração (Quadro I).

Constatamos que esta emigração foi principalmente de homens casados no auge da vida activa, o que pode estar associado às perspectivas de rapidamente se alcançar uma vida melhor, face às carências do meio.

QUADRO I – EMIGRANTES DO SEXO MASCULINO – ESTADO CIVIL E IDADE MÉDIA NAS PRIMEIRAS SAÍDAS (todos os destinos)

Situações resultantes do cruzamento com a base de dados	Solteiros		Casados		Viúvos		Não ref.ª Est. Civil		Totais	
	N.ºs	Id. Méd.	N.ºs	Id. Méd.	N.ºs	Id. Méd.	N.ºs	Id. Méd.	N.ºs	Id. Méd.
I Naturais e residentes	21	19	8	40	1	40	30	26
Naturais e não-residentes	5	25	21	39	26	36
Forasteiros residentes	1	2	2	35	3	24
Sub-total	27	20	31	43	1	40	59	32
II Não identificados	6	23	6	32	1	73	4	27	17	30
Total Geral	33	20	37	38	2	57	4	27	76	32

Uma parte significativa destes homens conheceu, antes da requisição do passaporte, microdeslocações internas. Os chefes de família até então estáveis, quando se decidiram pela emigração fizeram-na numa idade um pouco mais adiantada do que os das famílias já móveis. Já o peso dos viúvos no processo emigratório foi insignificante.

Os solteiros, maioritariamente originários de famílias sedentárias, avançaram bastante jovens, contribuindo, neste estatuto, para uma idade média global à volta dos 20 anos.

¹¹ Cf., neste Simpósio, Margarida Durães, “Qualidade de vida e sobrevivência económica da família camponesa minhota: o papel das herdeiras (sécs. XVIII-XIX)”.

Referira-se que 78% dos homens tiveram como destino o Brasil. No Gráfico 4, apresentamos a sua distribuição por grupos de idades.

Sobressai, nesta relação, o maior volume de solteiros, um traço próximo do modelo tradicional da emigração para o Brasil. Situando-se as idades entre 2 e 38 anos, uma vez que se agregaram jovens acompanhantes dos titulares de passaporte colectivo e jovens com passaporte individual, a idade média caiu nos 21 anos e a mediana, nos 23. Verificou-se uma distribuição bimodal, centrada nos 13 e nos 23 anos, enformante dos respectivos grupos etários, menores de 14 anos e 20-24 anos, que representaram 67% das saídas.

O “desaninho” dos menores de 14 anos poderá ser explicado, para uns poucos casos, pelas estratégias familiares de reprodução social da casa de lavoura e, para a generalidade do vulgo, pela fuga ao pagamento da fiança de recrutamento militar¹², antecipando-se a emigração dos mancebos para idades mais precoces, com efeitos na sua desqualificação profissional e cultural. A esta consequência subvertida da legislação militar, também parece atribuir-se a quase inexistência de emigrantes entre os 15-19 anos.

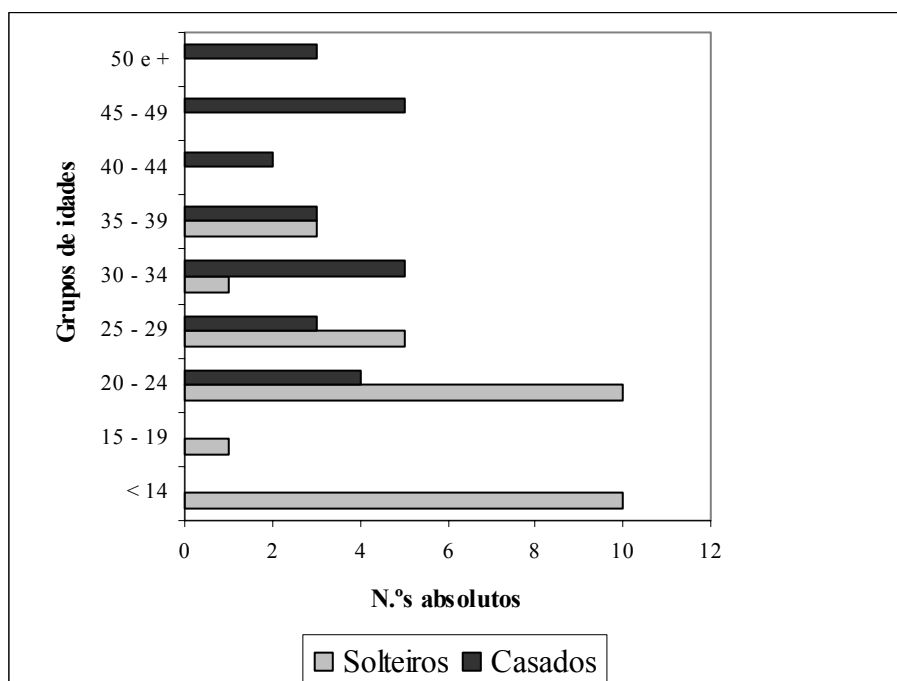


Gráfico 4 – Emigração por grupos de idades – Destino: Brasil

¹² Cf. Alves, *Os Brasileiros...*, pp. 136-147.

Com as idades dispersas entre os 20 e os 59 anos, os homens casados partiram numa idade mediana de 37 anos; nos grupos 30-34 e 45-49 concentraram-se 40% das saídas. Estes homens emigraram sobretudo isolados, apenas pouco mais de 1/3 levou consigo membros do agregado doméstico. Possivelmente, aqueles, ao deixarem parte da família, seriam animados por um projecto de breve retorno, enquanto estes esperariam fixar-se definitivamente na terra que os acolhia.

1.4. Os ciclos de vida demográficos

Tentámos observar o enquadramento do emigrante do sexo masculino, segundo os estatutos de solteiro e de casado, no seio da sua família, para o que nos limitámos aos encaminhados para o Brasil, dotados de um passaporte individual.

Quanto aos solteiros, em que estágio da vida familiar se “impôs” a um filho a emigração?

Numa observação longitudinal, mais descritiva do que analítica, fizemos intervir alguns factores demográficos: o número de filhos no momento da partida; a posição do emigrante na ordem da descendência. As famílias retidas obedeciam aos critérios de estabilidade: pais com comportamento sedentário; fim de observação dado pelo óbito de um dos cônjuges.

Cativa por estes pressupostos ficou apenas uma dúzia de famílias. Ao todo, geraram 99 filhos, dos quais 85 sobreviveram para se deliberar mandar 18 para o Brasil, ou seja, 21% dos estantes.

QUADRO II – POSIÇÃO DOS EMIGRANTES SOLTEIROS, COM DESTINO AO BRASIL, NAS FAMÍLIAS DE ORIGEM

Famílias	Filhos presentes à data do passaporte	Emigrantes solteiros						Total Emigrantes
		Primogénitos		Intermédios		Benjamins		
		Isolados	Irmãos	Isolados	Irmãos	Isolados	Irmãos	
Pequena dimensão (2)	1 a 4	1	...	1	...	2
Média dimensão (7)	5 a 8	...	1	4	6	...	1	12
Grande dimensão (3)	9 e +	2	2	4
Total (12)	85	...	1	7	8	1	1	18

Do Quadro II parece evidenciar-se que a “expulsão” atingiu principalmente as famílias de média dimensão, isto é, as famílias em que sobreviveram 5 a 8 filhos à data do passaporte de um deles: nelas se concentraram 67% dos emigrantes.

Globalmente, 56% das saídas foram devidas a quatro núcleos familiares de média dimensão de onde saíram dois grupos com três irmãos e outros dois grupos com dois irmãos. Por outro lado, 83% das escolhas fizeram-se dentro dos membros intermédios da prole. Outras estratégias emigratórias verificaram-se em quatro órfãos, menores de 14 anos.

Estiveram as famílias de pequena e de grande dimensão submetidas a um menor risco de emigração dos seus filhos?

Que relação entre emigração e cursos de vida demográficos dos indivíduos casados?

QUADRO III – POSIÇÃO DOS EMIGRANTES CASADOS, COM DESTINO AO BRASIL, NAS FAMÍLIAS CONSTITUÍDAS

Casos	Datas dos passaportes / idade				Filhos presentes	Idade da mulher à data do passaporte		Idade da mulher ult.º filho
	1.º	Idade	2.º	Idade		1.ª saída	2.ª saída	
1	19/01/1881	59	3	72	...	c. 49
2	30/06/1881	31	3	33	...	32
3	08/11/1869	38	3	c. 34	...	c. 26
4	15/05/1906	46	6	42
	24/09/1918	58	7	...	55	43
5	08/04/1910	37	8	35	...	39
6	05/08/1913	26	1	24	...	33
7	19/01/1914	42	2	42
	30/12/1922	51	2	...	51	c. 41
8	25/02/1924	32	5	34	...	c. 31

Conhecido o fim de observação da família por um 2.º casamento ou óbito de um dos cônjuges, construímos o Quadro III.

Para oito chefes de família, aqui também encarados como exemplificação, conhecemos a dinâmica temporal da vida das suas famílias, contexto das decisões emigratórias.

As seqüências entrelaçadas entre as idades do marido e da mulher à data do passaporte, por um lado, e a descendência sobrevivente, por outro, parecem reflectir os efeitos malthusianos da emigração, sobretudo se definitiva, quando acontece numa

idade de alto poder procriativo do casal: nestes núcleos, a idade das mulheres na última maternidade tornou-se relativamente baixa, pela interrupção do ciclo genésico.

Uma família mais prolífica também podia ter influenciado a emigração do chefe de família: então, o homem parecia fazê-lo envolvido num projecto de retorno.

1.5. As redes familiares na emigração

A emigração, conjunta ou por etapas, de vários membros da mesma família, evidencia, dentro do movimento geral, o fenómeno do reagrupamento familiar, uma faceta da emigração que a nível macro passa despercebida. A esta realidade se refere o Quadro IV.

Entre os 85 emigrantes de Esporões, 43 detinham parentesco muito chegado, o que demonstra alguma relevância dos grupos familiares, 50.6% da população emigrada, um traço mais típico naqueles que demandavam o Brasil.

QUADRO IV – PARENTESCO RESTRITO ENTRE EMIGRANTES DE ESPORÕES

Familiares	Destino: Brasil				Outros destinos			
	Passaporte colectivo		Passaporte individual		Passaporte colectivo		Passaporte individual	
	Titulares				Titulares			
	M (5)	F (2)	M	F	M (1)	F(1)	M	F
Esposas	2	
Filhos	2	2	1	1
Filhas	2	1
Irmãos	18	4	1
TOTAL	11	5	18	...	2	2	4	1

Por vezes, a emigração envolvia vários membros de várias gerações: a geração dos pais/mães, tios(as); a geração dos filhos, sobrinhos(as); a geração dos netos. Então, a emigração “autocentrava-se” na família, formando uma microssociedade facilitadora da própria mobilidade, o que, possivelmente, em alguns casos, visaria projectos de reunificação familiar.

Mas outras relações familiares, de parentesco mais amplo, uniam outros emigrantes – primos, tio/sobrinhos – numa lógica de grupo que atraía a um mesmo destino alguns familiares e favorecia a integração dos recém-chegados. Notámos relações deste tipo na emigração para o Pará (tio/2 sobrinhos) e Manaus (4 primos em 3.º grau). Os próprios “pioneiros” dos nossos registos de passaporte eram familiares de emigrantes precedentes (de sobrinho-bisneto a primos em 1.º, 3.º e 4.º graus, detectados na reconstituição da paróquia).

A emigração comprometeu, portanto, cadeias familiares, todo um “capital relacional” que deu informação, ajuda e incorporação nas “colónias” já implantadas.

1.6. Os contextos socioeconómicos e culturais

Esporões era, na época, uma comunidade de baixo “saber letrado”, realidade detectável nos reduzidos quantitativos de assinaturas das actas de casamento, nas informações dos recenseamentos eleitorais e nos dados dos recenseamentos da população.

Embora a fronteira entre alfabetizado e analfabeto, fosse avaliada, então, de forma muito rudimentar, só aos titulares de passaporte era exigida aptidão para assinar. O Quadro V sintetiza as taxas de alfabetismo e analfabetismo dos emigrantes da paróquia, com base no apuramento restrito ao Brasil.

QUADRO V – ALFABETIZAÇÃO DOS EMIGRANTES DO SEXO MASCULINO, COM 10 ANOS E MAIS DE IDADE, COM DESTINO AO BRASIL (1869-1926)

Estado Civil	Escrevem			Não escrevem			n. r ^a Alfab			Total
	N.º	%	Id. Média	N.º	%	Id. Média	N.º	%	Id. Média	
Solteiros	16	57,1	19,8	7	25	23,3	5	17,9	25,4	28
Casados	8	32	36,5	11	44	36,5	6	24	37	25
Viúvos	2	100	56,5	2
n.r. E. C.	2	100	26,5	2
Total	26	45,6	27,8	18	31,6	31,5	13	22,8	31,7	57

Notamos que a taxa de analfabetismo anda à volta dos 32% e, com maior peso, entre os casados. Porém, se retirarmos do cômputo o número daqueles para os quais não há informação, então a taxa eleva-se para os 41%, com o grupo dos casados a chegar aos 58%. Os solteiros, porque mais jovens, parecem ter emigrado mais preparados para uma “carreira” fora das lides da lavoura.

Quanto aos dez emigrantes que se direccionaram para outros rumos, sete eram analfabetos pelo que, parece confirmar-se alguma selecção na corrente para o Brasil.

Globalmente, os emigrantes de Esporões apresentavam mais competência para assinar do que a maioria dos seus conterrâneos.

As taxas de analfabetismo encontradas são inferiores à média nacional, 54% a 68%, no último decénio de Oitocentos, próximas das do distrito do Porto que rondavam os 40%, entre 1860 e 1899¹³, e superiores às do concelho de Guimarães, 30.6%, no

¹³ Alves, *Os Brasileiros...* pp. 211-216.

período 1890-1914¹⁴, bem como de Barcelinhos, 30.7%, entre 1890-1925¹⁵, ou de Fafe, 36%, em 1834-1926¹⁶.

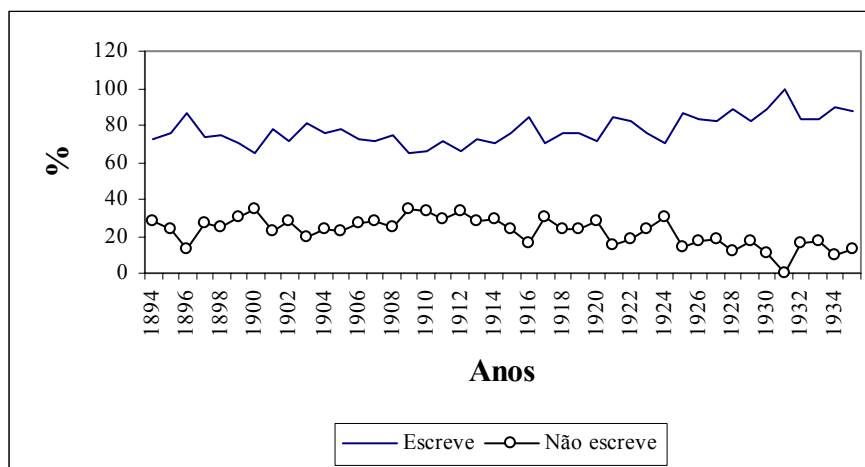


Gráfico 5. Alfabetização dos emigrantes do concelho de Braga (1894-1935). Homens com 10 anos e mais de idade com destino ao Brasil.

Em relação ao concelho de Braga (Gráfico 5), a população masculina expatriada “iletrada” andava em 23%, com irregulares variações, mais evidentes a partir dos meados da segunda década do século XX, acompanhando o volume e composição do fluxo emigratório.

A sociedade de Esporões, próxima de uma urbe que absorveria alguns trabalhadores mais vocacionados para os serviços domésticos e menos para as poucas “indústrias” existentes, chapelaria e paramentaria, inseria-se numa economia marcadamente agrícola: sociedade basicamente camponesa, com frequente recurso à pluriactividade. A devolução do património fundiário, pelo regime de aforamento/enfiteuse ou pelos testamentos, doações e dotes, criara, durante séculos, uma hierarquia social que excluía a maioria dos indivíduos do acesso à propriedade¹⁷. Com o advento do Liberalismo, a distribuição equitativa da herança deu origem ao fraccionamento da propriedade e consequente redução da área cultivada herdada, com

¹⁴ Carmen Alice Morais Sarmiento Cunha, *Emigração Familiar para o Brasil. Concelho de Guimarães, 1890-1914 (Uma perspectiva microanalítica)*, Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Dissertação de Mestrado em História das Populações (policopiado), 1997, p. 54

¹⁵ Inês Martins Faria, *Santo André de Barcelinhos, o difícil equilíbrio de uma população (1606-1910)*, Guimarães: NEPS, Universidade do Minho, pp. 196-198.

¹⁶ Miguel Teixeira Alves Monteiro, *Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros” de Fafe (1834-1926)*, Dissertação de Mestrado em História das Populações, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 1996 (policopiado), pp. 189-191.

¹⁷ Ainda em 1920, o *Livro de Usos da Freguesia de Esporões*, para efeito de pagamento da Côngrua, ordenava os “fogos eclesiásticos” em cinco categorias distintas, segundo a sua “classe ou condição”.

efeitos no aumento de excedentários braçais que compensavam o rendimento familiar com o trabalho à “jorna”, o artesanato ou a migração.

Para termos uma ideia do perfil socioeconômico do “nosso” emigrante orientado para o Brasil, representámos as suas profissões/ocupações, na altura da primeira ausência, segundo o estatuto de solteiro ou de casado (Gráficos 6 e 7).

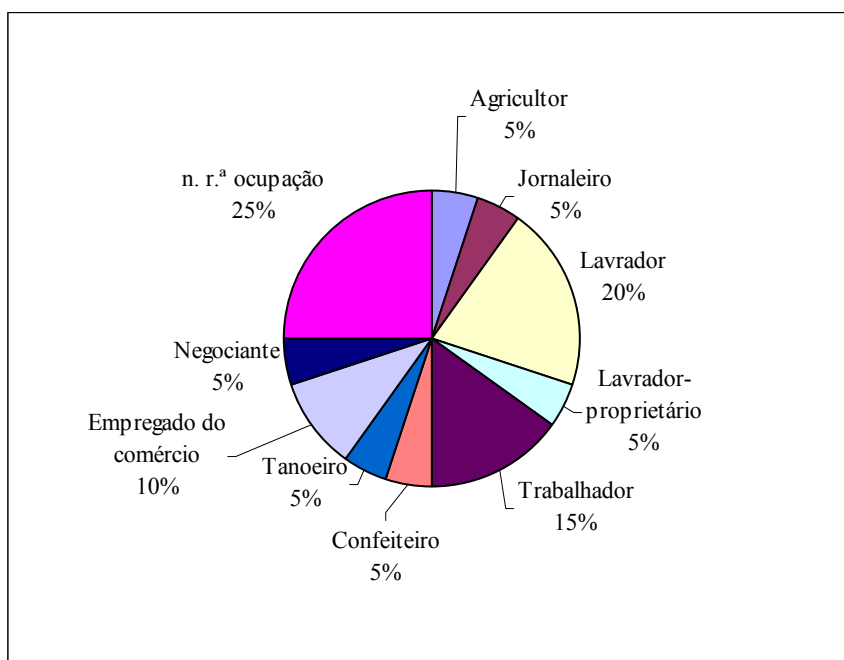


Gráfico 6. – Profissões/ocupações dos emigrantes solteiros (> 14 anos) com destino ao Brasil (1869-1926).

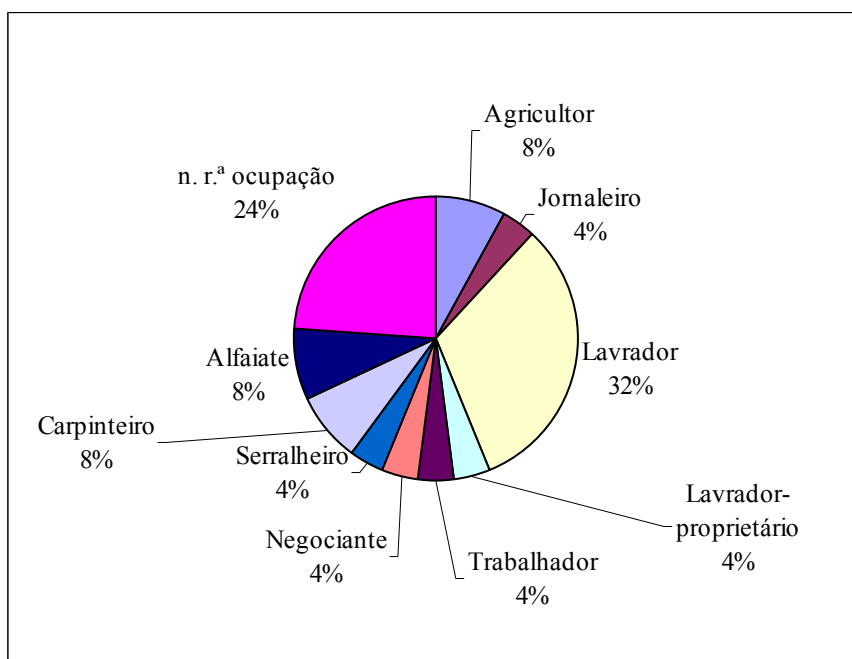


Gráfico 7. – Profissões/ocupações dos emigrantes casados com destino ao Brasil (1869-1926).

À dificuldade de aplicação de uma grelha socioprofissional, acresce a pluriactividade na heterogeneidade dos casos registados. Na dispersão verificada, agravada pelo número dos sem referência ocupacional, destacaram-se as profissões ligadas à agricultura¹⁸, praticada por 50% dos celibatários e 52% dos casados. No comércio, ocupavam-se 15% dos solteiros e 4% dos casados. Entre os portadores de um “ofício”, os casados eram o dobro dos solteiros, 20% contra 10%.

Agrupando as profissões/ocupações em secções, verificámos que o fluxo emigratório para o Brasil, dos naturais ou residentes em Esporões, tinha um carácter marcadamente rurícola, em que o sector primário (51%, entre 1869-1926) era superior ao de Barcelinhos (12%, entre 1855-1925)¹⁹, Porto (41%, em 1899)²⁰ e Guimarães (43%, entre 1890-1914)²¹, mas inferior ao de Fafe (57%, entre 1834-1926)²².

Quanto ao concelho de Braga, nos quatro picos emigratórios direccionados ao Brasil - 1898, 1906, 1912 e 1920 – notámos uma evolução no conteúdo ocupacional²³: ao longo do período: foi aumentando o peso dos grupos sociais ligados ao sector primário (de 21.5% para 48.6%), reverso do decréscimo de “artífices” (de 38.8% para 16.9%), enquanto se mantinha a fracção destinada, tradicionalmente, ao sector terciário (mais de ¼).

1.7. Uma aproximação dos fluxos da emigração

A reemigração pode ser estimada, de forma aproximada, no plano micro. Para isso, inserimos as múltiplas saídas no percurso de vida do emigrante (Quadro VI)²⁴.

Entre o destino brasileiro e o conjunto dos destinos, não sobressaíram alterações significativas quanto ao volume, tempos e idades em que ocorreram. Globalmente, 22.5% das partidas sucederam-se em situação de reemigração e, para o Brasil, esta atingiu os 24.1%, um valor muito acima dos 6.5% na reemigração do Porto-Brasil ou dos 15.03% na de Barcelinhos-Brasil.

Nas migrações de ordem 2, a duração média da estadia no país de acolhimento, foi de 11 anos, no conjunto dos destinos e, no caso do Brasil, essa separação subiu para

¹⁸ Segundo Alves, em *Brasileiros...*, p. 200, a presença maioritária de “trabalhadores” na emigração marcou a “substituição do modelo de emigração num quadro de reprodução social por um movimento de forte proletarianização”.

¹⁹ Faria, *Santo André de Barcelinhos...*, p. 194.

²⁰ Alves, *Os Brasileiros...*, p. 198.

²¹ Cunha, *Emigração...*, p. 58.

²² Monteiro, *Migrantes...*, p. 255.

²³ Ver ANEXO.

²⁴ Seguimos a metodologia proposta por Alves, *Os Brasileiros...*, p. 253-258.

12 anos com durações mínima de 1A 7M e máxima de 31A 1M. Na segunda viagem, os emigrantes partiram numa idade da vida já madura, pelos 41 anos. Poucos, a ausências mais curtas, renovaram as passagens, pelo que a saída de 4.^a ordem foi realizada por um só emigrante, após uma última ausência de 7A e 2M.

QUADRO VI – REEMIGRAÇÃO DOS HOMENS NATURAIS E/OU RESIDENTES EM ESPORÕES (1869-1935)

Destinos	Viagens efectuadas pelos emigrantes			Intervalo médio entre viagens	Idade Média
	Ord. Viagens	N.ºs	%		
Todos os destinos	1 ^a	76	77,55	...	30
	2 ^a	17*	17,35	11 anos	41
	3 ^a	4	4,08	6 anos	41
	4 ^a	1	1,02	7anos	41
	Total	98	100,00
Brasil	1 ^a	59	74,68	...	29
	2 ^a	14*	17,72	12	42
	3 ^a	4	5,06	6 anos	41
	4 ^a	1	1,27	7 anos	41
	Total	78	100,00

* De três emigrantes há conhecimento de “regresso” ao Brasil, pela anotação inscrita no 2.º passaporte.

Algumas destas migrações foram definitivas; outras tiveram um carácter temporário - alguns emigrantes voltaram para Portugal, por vezes depois de emigrarem de novo para países europeus (França e Espanha).

Os nossos dados apontaram cinco expatriados definitivos, confirmados pelo falecimento em terras brasileiras, aos quais haveria que juntar muitos outros para quem a informação ficou truncada após a única ou última partida, ou seja, mais de 50% dos emigrantes.

Tivemos a percepção do movimento de retorno, através dos registos do óbito em Esporões ou, da anotação à margem do assento de baptismo, do falecimento do ex-emigrante noutras terras do Entre-Douro-e-Minho, situação mais comum. O refluir conjunto da emigração masculina rondou os 38%. Deduzido o volume de retornados aos dos expatriados, o défice demográfico de 6.4% sobre o excedente em vidas, ficou desagravado em 2.4%.

Maioritariamente analfabetos, com pouca qualificação e emigrantes em tempo de “vacas magras”, sete homens e quatro mulheres voltaram à terra sem terem

concretizado as suas expectativas. Para quase todos, foi um retorno de insucesso, de fracasso, de inadaptação.

2. Esboço de eventuais implicações da emigração na evolução da população de Esporões

Na teia do emaranhado das causas e consequências da emigração, levanta-se o problema do relacionamento de alguns parâmetros demográficos que podem dar algum contributo explicativo da evolução da população sob observação, pois estamos perante um sistema aberto, complexo, onde os fluxos migratórios teriam influência na regulação demográfica. Será, pois, pelo confronto de algumas variáveis que podemos encontrar, indirectamente, algum indicador predicativo dessa relação.

Procurámos inserir a análise no quadro conceptual da “auto-regulação” do crescimento demográfico construído por peritos da demografia-histórica²⁵.

Pierre Goubert²⁶ e Eiras Roel, argumentaram, para diferentes observações que, nas sociedades do Antigo Regime, o problema principal do crescimento demográfico não era o da fecundidade, mas o da mortalidade das crianças. Em que medida essa verificação poderia também ter estado na base da evolução da população de Esporões?

QUADRO VII – MORTALIDADE INFANTIL, SOBREVIVÊNCIA AOS 15 ANOS, ESPERANÇA DE VIDA AO NASCIMENTO E AOS 60 ANOS (análise longitudinal)

Períodos	Mortalidade			Sobrevivência			Esperança de vida			Esperança de vida		
	< 1 ano			aos 15 anos			ao nascimento			aos 60 anos		
	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F	M	F	M+F
1590-1649	163	134	148	696	735	716	43,8	45,3	44,5	17,4	13,2	14,7
1650-1712	164	143	154	670	701	686	41,5	43,2	42,4	12,6	13,5	13,2
<i>1590-1712</i>	<i>163</i>	<i>140</i>	<i>151</i>	<i>682</i>	<i>715</i>	<i>699</i>	<i>42,2</i>	<i>44,1</i>	<i>43,2</i>	<i>14,6</i>	<i>13,4</i>	<i>13,8</i>
1806-1832	218	115	166	597	702	649	40,2	46,8	43,5	15,3	12,4	13,7
1850-1889	125	98	112	674	709	691	44,8	47,4	46,2	13,1	15,9	14,6
<i>1806-1889</i>	<i>162</i>	<i>105</i>	<i>134</i>	<i>644</i>	<i>706</i>	<i>675</i>	<i>43,0</i>	<i>47,2</i>	<i>45,1</i>	<i>14,0</i>	<i>14,5</i>	<i>14,3</i>

Embora correndo o risco de alguma contingência nos resultados (Quadro VII), eles parecem revelar a suavidade da morte ao longo da vida destes minhotos: de 100 bebés que nasciam, morriam cerca de 15 antes de completarem o 1.º ano de vida, mas ultrapassada a fase mais difícil da infância, chegavam à idade núbil entre 60 a 70

²⁵ Refira-se, particularmente, António Eiras Roel, “Mecanismos autorreguladores, evolucion demografica y diversificacion intrarregional. El ejemplo de la poblacion de Galicia a finales del siglo XVIII”, *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica* 2 (1990).

²⁶ Pierre Goubert, *Clio parmi les Hommes. Recueil d'articles*, La Haye. Paris : Mouton, 1976, pp. 195-203.

adolescentes; cada indivíduo nascido esperava viver, em média, uns 40 anos e, ao assomar o patamar da velhice, ainda podia esperar viver alguns anos mais, sem dependência.

A confirmar os níveis moderados da mortalidade e a elevada esperança de vida destas gerações também parece ter estado o facto de mais de metade dos casais poderem festejar as “bodas de prata” (Quadro VIII), uma vida comum gradualmente aumentada a partir da 2.^a metade do século XIX.

QUADRO VIII – FECUNDIDADE CONJUGAL E DURAÇÃO DAS UNIÕES

Períodos	Famílias completas		Famílias Tipos 1 e 2 (a)
	N.º médio de filhos	Idade da mulher ao último filho	% de uniões com com 25 anos e mais de vivência em comum*
1631-1650	5,1	42,5	38,46% (26)
1651-1719	5,7	42,0	51,49%(101)
1806-1839	5,7	40,3	60% (40)
1850-1900	6,0	40,5	51,39% (72)
1901-1930	5,7	38,3	65% (60)
1931-1950	6,7	40,8	70,91% (55)
1951-1970	5,3	36,9	68,18% (88)

Nota: (a) Amorim, *Metodologia de reconstituição de paróquias*.

* Entre parêntesis o número de casos de famílias observadas dos 0 aos 30 anos e mais de convivência conjugal.

QUADRO IX – IDADE MÉDIA AO 1.º CASAMENTO, CELIBATO FEMININO, FILHOS DENTRO DO CASAMENTO E FORA DO CASAMENTO (naturais de Esporões)

Décadas	Idade média ao casamento				Celibato definitivo		Nascimentos			
	M		F		F		no casamento		fora do casamento	
	N.º	Id.	N.º	Id.	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1800-1809	18	24,2	20	27,5	11	55	135	97,1	4	2,9
1810-1819	10	26,0	16	26,9	4	23,5	149	99,3	1	0,7
1820-1829	11	27,3	16	26,9	4	28,6	143	98,6	2	1,4
1830-1839	9	26,3	7	24,4	2	16,7	120	96,8	4	3,2
1840-1849	18	28,5	22	29,0	3	27,3	143	90,5	15	9,5
1850-1859	11	26,0	12	28,4	4	28,6	126	96,9	4	3,1
1860-1869	10	27,5	20	26,1	3	20,0	150	94,3	9	5,7
1870-1879	18	27,2	28	28,0	8	42,1	171	96,6	6	3,4
1880-1889	27	26,1	32	23,7	1	8,3	196	100
1890-1899	8	23,9	23	23,6	6	30,0	223	98,2	4	1,8
1900-1909	17	24,4	27	22,9	7	50,0	209	93,7	14	6,3
1910-1919	23	24,2	28	24,4	4	23,5	192	93,7	13	6,3
1920-1929	17	25,6	27	24,9	2	20,0	238	95,2	12	4,8
1930-1939	22	27,5	33	26,9	1	8,3	254	94,8	14	5,2

A fecundidade comedida dos casais, em que a prática duma “*contraception d’arrêt*” só no último período foi mais evidenciada, esteve relacionada com intervalos

intergenésicos longos, devido à lactância prolongada, redutora da mortalidade infantil²⁷ e à migração/emigração dos maridos.

O matrimónio em idade relativamente tardia da mulher, alterou-se nos fins de Oitocentos, começando a denunciar uma mudança comportamental, ainda hesitante, com efeitos nas outras variáveis demográficas: subtilmente, parece surgir uma relação entre idade da mulher ao casar, mortalidade infantil e esperança de vida (Quadro IX).

Tentar relacionar o celibato definitivo feminino com a idade média ao casamento não terá, porém, um sentido unívoco: detectámos na paróquia uma significativa circulação de mulheres²⁸. Por outro lado, a ilegitimidade podia estar dissimulada pela exposição de crianças, legalizada pelas Rodas concelhias até 1867, e pelo frequente nascimento de espúrios fora das terras de origem. Possivelmente na ilegitimidade revelar-se-ia um impacto da emigração, ao “forçar” ao “celibato” as mulheres sem marido²⁹. Os nossos dados apenas o pressentem, a partir da primeira década do século XX, acompanhando, aproximadamente, as correntes emigratórias, de então.

QUADRO X – ASPECTOS GLOBAIS DA DEMOGRAFIA DE ESPORÕES

Anos	População presente total	Taxa de crescimento %	N.º Fogos/famílias	Solteiros		Casados		Viúvos		Relação de masculinidade	Taxas brutas		
				M	F	M	F	M	F		Natalidade	Mortalidade	Nupcialidade
1864	558	-0,91	129	158	190	89	86	12	23	86,6	27,5	16,7	5,4
1878	491	-0,12	123	130	156	90	88	4	23	83,9	42,8	25,1	14,3
1890	484	2,32	138	124	155	88	92	12	13	86,2	37,9	27,5	9,0
1900	606	0,06	164	165	207	100	95	14	25	85,3	33,0	18,2	8,3
1911	610	-1,12	144	177	202	97	105	8	19	86,5	41,0	21,3	7,6
1920	554	1,78	127	166	181	89	93	7	17	89,7	38,5	29,5	15,0
1930	668	1,99	146*	223	205	112	99	13	16	108,8	44,9	17,0	11,0
1940	805	1,08	168	286	235	122	122	11	16	112,3	29,4	17,8	6,6
1950	896	3,11	178*	310	258	144	148	6	27	106,2	37,9	11,5	7,8
1960	1217	1,8	251/246*	390	361	206	209	7	38	99,0	41,4	11,2	7,4

Nota: As taxas brutas foram calculadas, para cada evento, a partir das médias de três anos, sendo o ano central aquele para o qual se conhece a população recenseada.

*Famílias

Ao captarmos, numa “fotografia” de conjunto, a ligação que vimos procurando entre os movimentos migratórios e as variáveis demográficas, no Quadro X, “retratou-se” a cadeia relacional, repercutida no desequilíbrio dos sexos e traduzida na baixa taxa

²⁷ Ver Maria Hermínia Vieira Barbosa, “Reconstituição de paróquias e aprofundamento dos estudos de mortalidade infanto-juvenil da comunidade de Esporões (séculos XVII-XX), *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, I (1998), pp. 21-53.

²⁸ A idade média da primonupcialidade feminina ou o celibato podem estar relacionados com a ocupação de algumas mulheres como “criadas de servir”, uma “tradição” que, por testemunho oral, nos foi comunicada.

²⁹ Ver Caroline B. Brettell, *Homens que Partem, Mulheres que Esperam. Consequências da Emigração numa Freguesia Minhota*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991

de masculinidade, notória em períodos de forte emigração; daí a alta proporção de mulheres solteiras até cerca do 1.º quartel do século XX, bem como na viuvez, ao longo de toda a observação. Por outro lado, a evolução das taxas brutas de natalidade e mortalidade, mostra ter havido um saldo vegetativo contínuo, condição “*sine qua non*” da emigração. As taxas de crescimento mais baixas estão relacionadas com os “freios” que entravaram o incremento demográfico, mais gravosos entre 1911 e 1920 por efeito de um jogo complexo entre emigração, pneumónica e I Guerra Mundial.

Resumindo: pelo menos do último terço do século XIX até ao primeiro terço do século XX, a emigração de varões, a nupcialidade relativamente controlada, a natalidade equilibrada e a mortalidade geral moderada parecem interrelacionar-se e conduzir a um crescimento demográfico lento de Esporões, evidência que também aparece corroborada na fraca variação do número de fogos.

Conclusão

Entre as aldeias do Minho, Esporões parece não ter ocupado uma posição relevante na emigração, esteve mesmo um pouco abaixo da média e da mediana concelhias. Mas, numa população de pequena dimensão, a “perda” para a comunidade de cerca de 93% de potenciais reprodutores, entre os seus emigrantes de 1869 a 1935, devia ter tido efeitos na renovação das suas gerações.

Emigração maioritariamente masculina, centrou-se particularmente no Brasil, alimentada por laços de parentesco muito chegado (51% dos emigrantes) e de vicinalidade. Os mais jovens, isolados, ou na companhia de parentes, à fuga ao pagamento da fiança de recrutamento militar associariam a realização de projectos de reprodução e ascensão social. Porém, como apenas 46% dos emigrantes sabiam escrever, e eram na maior parte trabalhadores braçais, os sonhos de retornarem “brasileiros”, não devem ter passado de uma utopia. Os poucos que regressaram, se partiram pobres, pobres voltaram.

Numa comunidade, como a de Esporões, em fácil contacto com as cidades de Braga e Guimarães e aldeias limítrofes, pareceu-nos que, para explicar a sua dinâmica demográfica, haveria que juntar, ao papel auto-regulador da nupcialidade, os efeitos induzidos pelo bulício migratório que facultou a libertação dos “excedentes”, na base dos quais esteve uma mortalidade moderada, geradora de maior duração média de vida,

como aliás tem vindo a ser comprovado nas populações do Minho e, por extensão, do Noroeste Peninsular³⁰.

³⁰ Cf. Maria Norberta Amorim, “O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial”, in *Perspectivas sobre o Noroeste Peninsular, Ler História*, 36 (1999), pp. 9-43.

ANEXO 2 - Concelho de Braga: Profissões/Ocupações na Emigração para o Brasil

PROFISSÕES/OCUPAÇÕES DO SEXO MASCULINO MAIORES DE 14 ANOS	ANOS							
	1898		1906		1912		1920	
	N.ºs	%	N.ºs	%	N.ºs	%	N.ºs	%
agricultor			2	1,1	6	2,0	13	7,1
jornaleiro	5	4,1	6	3,4	21	7,0	3	1,6
lavrador	5	4,1	31	17,4	50	16,6	54	29,5
marítimo			1	0,6			1	0,5
trabalhador	16	13,2	11	6,2	30	10,0	18	9,8
I - Sector Primário	26	21,5	51	28,7	107	35,5	89	48,6
alfaiate	3	2,5	1	0,6	9	3,0	2	1,1
caiador	2	1,7			4	1,3		
calceteiro	1	0,8						
carpinteiro	4	3,3	10	5,6	28	9,3	1	0,5
chapeleiro	5	4,1	2	1,1	5	1,7	6	3,3
cinzelador							1	0,5
correeiro					1	0,3		
entalhador					1	0,3		
empreiteiro							1	0,5
estucador			1	0,6			1	0,5
ferrador			1	0,6				
ferreiro	8	6,6	4	2,2	5	1,7	2	1,1
forneiro							1	0,5
funileiro	1	0,8	1	0,6	1	0,3		
industrial			1	0,6	2	0,7	2	1,1
marceneiro	1	0,8	2	1,1	2	0,7		
moleiro					1	0,3		
operário					1	0,3		
ourives					1	0,3		
padeiro	1	0,8			2	0,7		
pedreiro	8	6,6	8	4,5	24	8,0	2	1,1
pintor	4	3,3	1	0,6	10	3,3	4	2,2
relojeiro	2	1,7						
sapateiro	3	2,5	1	0,6	3	1,0		
serrador					1	0,3	1	0,5
serralheiro	3	2,5	1	0,6	4	1,3	1	0,5
tamanqueiro	1	0,8			1	0,3		
tecelão			1	0,6			1	0,5
tipógrafo							2	1,1
torneiro			1	0,6	3	1,0	2	1,1
violeiro							1	0,5
II - Sector Secundário	47	38,8	36	20,2	109	36,2	31	16,9
1º sargento Exército							1	0,5
agenciário	2	1,7	2	1,1	2	0,7		
armador	1	0,8						
artista	2	1,7	3	1,7	11	3,7		
barbeiro	3	2,5	2	1,1	2	0,7		
cabeleireiro	1	0,8						
caixeiro					4	1,3	1	0,5
calista					1	0,3		
chauffeur							1	0,5
cocheiro					3	1,0		
comerciante	1	0,8	4	2,2	3	1,0		
criado de café					1	0,3		
criado de servir			1	0,6	1	0,3	1	0,5
empregado comércio	8	6,6	28	15,7	31	10,3	25	13,7
empregado farmácia							1	0,5
empregado hotel							1	0,5
enfermeiro					1	0,3	1	0,5
estudante	1	0,8	2	1,1	2	0,7	3	1,6
marchante					1	0,3		
negociante	14	11,6	14	7,9	6	2,0	6	3,3
serviçal			2	1,1	3	1,0	7	3,8
vendedor ambulante			1	0,6				
III - Sector Terciário	33	27,3	59	33,1	72	23,9	48	26,2
capitalista	7	5,8	11	6,2	2	0,7	4	2,2
proprietário	8	6,6	21	11,8	11	3,7	11	6,0
IV - Diversos Indeterminados	15	12,4	32	18,0	13	4,3	15	8,2
TOTAIS	121	100,0	178	100,0	301	100,0	183	100,0